

# **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

## **PROJETO DE LEI Nº 2.495, DE 2011**

Altera a redação da alínea “e” do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para proibir a diminuição de potência do sistema irradiante de emissoras de radiodifusão sonora durante a transmissão do programa oficial dos Poderes da República (A Voz do Brasil).

**Autor:** Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

**Relator:** Deputado CLEBER VERDE

### **I - RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 2.495, de 2011, oferecido pelo ilustre Deputado PASTOR MARCO FELICIANO, que pretende proibir as estações de rádio de reduzir a potência de transmissão no horário reservado ao programa oficial “A Voz do Brasil”.

O texto propõe mudança na redação da alínea “e” do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, determinando a veiculação do programa oficial e vedando a “diminuição da potência do sistema irradiante dessas emissoras durante a retransmissão do programa”.

Uma vez apreciada por esta Comissão, a matéria tramitará na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em caráter terminativo. Encerrado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao texto.

## II - VOTO DO RELATOR

Ao justificar a proposta, o ilustre autor, PASTOR MARCO FELICIANO, observa que o programa oficial “A Voz do Brasil”, além de obter bons índices de audiência em várias praças, constitui-se “um dos principais instrumentos de difusão de informações de relevância pública disponíveis no País”, sendo reconhecido por 88% da população com mais de 16 anos, segundo dados do instituto DataFolha.

No entanto, conforme lembra o próprio autor, o Ministério das Comunicações abre anualmente um número significativo de procedimentos de apuração de infrações, relativos a falhas em veicular apropriadamente o programa. Além disso, aponta o parlamentar, tem sido constatada a prática de reduzir a potência da estação nesse horário, prejudicando a qualidade da emissão e reduzindo a cobertura efetiva da emissora. E, em alguns casos, emissoras têm obtido liminares na justiça de primeira instância que as desobrigam de reproduzir o programa.

Cabe destacar que se trata de tema bastante polêmico. As empresas de radiodifusão, individualmente ou mediante suas entidades representativas, têm se posicionado pela flexibilização ou até pela dispensa de veicular o programa “A Voz do Brasil”. Sensível às demandas do setor, esta Comissão pronunciou-se pela aprovação, na atual legislatura, de projeto de lei que assegura essa flexibilização do horário de veiculação.

Há que se considerar, por outro lado, que o programa traz benefícios à formação da opinião pública em nosso País, especialmente nos pequenos municípios, sendo talvez o único meio disponível na mídia para uma adequada divulgação do trabalho das duas Casas. O Congresso Nacional dispõe diariamente, graças a esse canal de informação, de trinta minutos para divulgar atividades de seus membros, assegurando à população amplo conhecimento acerca dos debates que aqui se desenvolvem.

Neste momento, em que a radiodifusão comercial passa por transformações na concepção dos seus programas, privilegiando atividades de entretenimento e lazer, com uma correspondente contração do seu papel informativo e de debate político, é importante que espaços de cidadania e de informação sobre as ações do Estado, como “A Voz do Brasil”, sejam

preservados. E assegurar a retransmissão do programa em condições técnicas equivalentes ao restante da programação das emissoras é uma exigência perfeitamente razoável.

Tais são os motivos que nos levam a apoiar a iniciativa ora em exame. Nosso VOTO, em suma, é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.495, de 2011.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de 2012.

Deputado CLEBER VERDE  
Relator

2012\_90